



Número: **0814174-59.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **16/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.045,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ARLINDO DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
60118020	16/09/2020 16:45	Petição Inicial	Petição Inicial
60118025	16/09/2020 16:45	Petição Inicial - José Arlindo da Silva - Mossoró-RN - 04.09.2020.	Outros documentos
60119729	16/09/2020 16:45	Documento - 01 - José Arlindo - 1-10 - 02.09.2020.	Documento de Comprovação
60119732	16/09/2020 16:45	Documento - 02 - DP - José Adelino -11-19 - 02.09.2020.	Documento de Comprovação
60119734	16/09/2020 16:45	Documento - 03 - P - José Arlindo - 02.09.2020.	Documento de Comprovação
60119735	16/09/2020 16:45	Documento - 04 - José Arlindo - 02.09.2020.	Documento de Comprovação
60119736	16/09/2020 16:45	Documento - 05 - José Arlindo - 02.09.2020.	Documento de Comprovação
60119737	16/09/2020 16:45	Documento - 06 - José Arlindo - 02.09.2020.	Documento de Comprovação
60119739	16/09/2020 16:45	Documento - 07 - José Arlindo - 02.09.2020.	Documento de Comprovação
60256071	17/09/2020 11:43	Despacho	Despacho
60435541	22/09/2020 10:30	Outros documentos	Outros documentos
60509916	23/09/2020 15:02	Citação	Citação

EM ANEXO.



MOSSORÓ & CONSULTORIA SEGUROS
KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO
Rua Antônio Vieira de Sá, 986
Aeroporto – Mossoró - RN
Tel. (84) 9.9852-8771

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DE UMA DAS
VARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE.**

José Arlindo da Silva, brasileiro, solteiro, pedreiro, portador do RG nº 1.576.777 - SSP/RN e inscrito no CPF/MF sob o nº 914.623.714-34, residente e domiciliado na Rua Pupunha, 340, Dom Jaime, Mossoró-RN, CEP nº 59628-591, telefone nº 84-99835-7980, por intermédio de sua procuradora que esta subscreve, com escritório profissional localizado na Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto, Mossoró/RN, vem perante Vossa Excelência, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

Em face de a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua da Assembleia, nº 100, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.011-904, **podendo ser citada eletronicamente**, expondo e requerendo ao final o seguinte:

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua o atual Código de Processo Civil, em seus artigos 98 a 102.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Devido ao fato de lhe ser negado pela autoridade policial a possibilidade de registrar o boletim de ocorrência, a parte autora requereu o processo administrativo sem o envio do



mesmo. Tendo cumprindo a exigência legal imposta pela nova diretriz emanada pelo Supremo Tribunal Federal, que condiciona o ajuizamento de ação de cobrança de Seguro DPVAT somente após o requerimento via administrativa do aludido sinistro.

Como se infere nos autos o autor deu entrada no seguro DPVAT junto a Ré, pelos Correios e Telégrafos, conforme faz prova com **AR nº JU 31105513 6 BR**, visto que, a autarquia retro citada é um dos meios que o beneficiário poderá utilizar para requerer o seguro obrigatório.

Os documentos da parte requerente foram recepcionados pela requerida, sendo que, devido ao fato da não inclusão do boletim de ocorrência, o processo foi “DEVOLVIDO”, conforme prova, em anexo.

O fato ainda é de fácil deslinde posto que, a Jurisprudência Pátria, tem entendido que o **Boletim de Ocorrência é prescindível**, tratando-se de recebimento do Seguro DPVAT. Assim tem se posicionado nossos Tribunais:

<i>Processo:</i>	<i>APL 12797172 PR 1279717-2</i>
<i>Relator (a):</i>	<i>(Acórdão)</i>
<i>Julgamento:</i>	<i>Humberto Gonçalves Brito</i>
<i>Órgão Julgador:</i>	<i>26/03/2015</i>
<i>Publicação:</i>	<i>10ª Câmara Cível</i>
	<i>DJ: 1577 02/06/2015</i>

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PLEITO INICIAL. APELO DA SEGURADORA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO SINISTRO ANTE A NÃO JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. AFASTADA. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. ACIDENTE OCORRIDO EM DATA ANTERIOR À MP451/08. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ, CONFORME LAUDO DE PERÍCIA MÉDICA.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 10ª C. Cível - AC - 1279717-2 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Humberto Gonçalves Brito - Unânime - - J. 26.03.2015).

SINOPSE DOS FATOS:

O Autor fora vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido em 23.12.2018, por volta das 15:01 horas, quando “trafegava na Avenida Antônio Bento – Parque da rosa, próximo a Lojinha de Aurineide, local este, onde fica uma carrocinha e não percebendo veio a colidir na mesma, daí o Sinistro”, o qual foi socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia, onde foi submetido aos devidos procedimentos médicos-hospitalares de urgência, conforme se faz prova através de documentos, em anexo.



Devido à gravidade das lesões o requerente fora submetido a intervenções médicas, em razão de **TRAUMATISMO CRANIANO ENCEFÁLICO – TCE, ENTRE OUTRAS SEQUELAS**, lesões estas, que comprometem o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, conforme se faz prova através de documentação médica, em anexo.

Em razão do fato do sinistro em tela decorrer de acidente de trânsito, o autor requereu administrativamente o seguro DPVAT, oportunidade em que enviou a documentação para a Seguradora Líder, tendo o requerido recepcionado os referidos documentos, comprovando pelo **AR nº JU 31105513 6 BR**, atendendo dessa forma deliberação de lavra do STF, conforme documento em anexo.

Ora Douto Magistrado, tratando-se de seguro DPVAT o beneficiário deve ingressar com o pedido de indenização junto a Requerida, podendo ocorrer três hipóteses:

Primeiro- A documentação é recepcionada pela seguradora, ocorrendo a perícia por médicos pagos e indicados pela autarquia. Posteriormente, é liberado de forma unilateral *quantum* em favor da vítima;

Segundo- O processo é recepcionado pela seguradora onde os analistas entendem que a documentação não se encontra dentro dos critérios criados pela Seguradora dos Consórcios do Seguros DPVAT, entenda-se: “exigências” não inseridas ou contidas na Lei nº 6.194/74, e ficam suspensos até o cumprimento da “pendência” administrativa;

Terceiro- A requerida analisa e decide NEGAR/INDEFERIR o processo administrativo, não tendo a vítima conhecimento do teor do indeferimento, visto que a “decisão” é interna e o mais grave ainda é que, na via administrativa não se tem a quem recorrer. Essas são as três principais correntes e linhas para concessão ou não do seguro DPVAT, em nosso país.

DA PRETENSÃO RESISTIDA DA REQUERIDA EM NÃO LIQUIDAR O DPVAT.

No caso sob júdice, ocorreu a “NEGATIVA” do pagamento da indenização. O que pode ser observado é que a requerida, negou, cancelou, o processo de forma abrupta, sem qualquer respaldo normativo, visto que, nunca é demais ressaltar que os documentos necessários ao pagamento da indenização estão elencados na Lei nº 6.194/74.

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



O fato é que inviabilizado o processo na via administrativa (negado/cancelado), quando as ocorrências retro citadas não estão firmadas no contexto legal da Lei nº 6.194/74, cabe ao requerente buscar o Poder Judiciário, para fazer valer a norma jurídica, visto que, a pendência exaurida pela promovida é uma forma de procrastinar o máximo a indenização do seguro DPVAT.

Ora Douto Julgador, a pretensão resistida da requerida está devidamente comprovada no documento acostado pela parte autora, onde é fato contundente, visto que, não existe meios administrativos que possam revogar a decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, para que autarquia venha apreciar e consequentemente pagar a indenização nos exatos termos da Lei n 6.194/74.

A burocracia da Requerida, entenda-se, inúmeras exigências administrativas criadas mensalmente, inseridas no processo DPVAT, torna bastante complexa a formatação de um processo, geradas a cada **reunião** do conselho que administra a autarquia.

As pessoas que militam no seguimento DPVAT, sabem das alterações impostas mês após mês, sem que os órgãos que deveriam fiscalizar viessem a atuar de forma mais contundente e vigilante.

No Brasil, a atual sociedade observa as mudanças ocorridas em diversos setores: autarquias, ministérios, e condução da *res* pública, e sonha que toda essa realidade possa ser implementada, também, em relação a fiscalização da Promovida, mesmo porque o **Tribunal de Contas da União**, descobriu fraudes senão vejamos:

Denúncia do TCU. O lucro da Líder vem de 2% do faturamento do DPVAT, menos outras despesas, e em 2010 o valor girou em torno de R\$ 5,8 bilhões. Nos últimos quatro anos, o valor total arrecadado com o seguro foi o triplo do que é pago com indenizações. Para o TCU, o consórcio está inflando as despesas para lucrar mais. A consequência disso é que o valor pago pelos proprietários de veículos aumenta. Em 2011, o valor do DPVAT foi de R\$ 96,63 por veículo de passeio mais custo bancário. O Tribunal deu 90 dias para a Susep (Superintendência de Seguros Privados) - o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvat-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>”.

DA PROVA

Assevera o art. 369, CPC:



Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Destarte, entende o Requerente que a prova do acidente pode ser verificada por outros elementos probatórios, inclusive o testemunhal, nos termos do art. 444, CPC, senão vejamos:

Art. 444. Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.

Nesse sentido o autor faz alusão a necessidade da inquirição da prova testemunhal, para reforçar, dissipar todas as possíveis dúvidas acerca do nexo causal, corroborando com a documentação exaurida pela unidade hospitalar onde ocorreu o atendimento médico do Requerente, deixando de forma clara a ocorrência do sinistro.

DO VALOR DEVIDO

O Art. 3º, da Lei 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas médicas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:



SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Destarte, surge a necessidade da realização de prova pericial para aferir-se o grau de invalidez, possibilitando ao magistrado a correta aplicação da Lei.

A lei 11.945/09, inseriu à legislação a tabela de parâmetros acerca dos percentuais a que serão submetidas quando da aferição do grau de invalidez, conforme se vê abaixo:

*Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na **tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).*

Com a inclusão dessa tabela na lei, encerrou-se a polêmica jurisprudência acerca dos critérios para o cálculo da indenização proporcional. Instado a se manifestar, o Superior Tribunal de Justiça admitiu a validade da utilização dessa tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial.

DA IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DA DEMANDA

Esclarece o Autor, que diante da necessidade da perícia médica, onde serão quantificadas as lesões que o acometem, não é possível no presente momento a quantificação exata do proveito econômico a ser advindo da lide.

Como já dito alhures, o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 474, entendeu que:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Em tempo aduz ainda que o Código de Processo Civil, em seu art. 324, §1º, II, III, revela a possibilidade de formulação de pedido genérico, senão vejamos:



Art. 324, CPC. O pedido deve ser determinado:

§1º. É lícito, porém, formular pedido genérico: (...)

II – quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III – quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo Réu;

Destarte, ante a negativa da Seguradora Ré em pagar a indenização devida ao Requerente através da via administrativa, não oportunizando sequer a realização da perícia médica, vem o (a) Autor (a) invocar a tutela jurisdicional do Estado para solucionar tal conflito.

DOS REQUERIMENTOS:

Pelo Exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a procedência da presente ação, para ao final condenar a requerida, ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, a ser aferido após a realização da perícia médica, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, requerendo ainda o seguinte:

- Seja citada a Promovida, conforme determinação do NCPC, Art. 246, V, no endereço declinado na exordial, para **contestar**, querendo, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **prova pericial e testemunhal**, no sentido de quantificar o grau de lesão, nos quesitos que seguem ao final desta;

03 - Sejam os valores devidamente corrigidos desde o evento danoso, conforme Súmula 54 do STJ;

04 - Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em auto composição, visto que, **em demandas similares inexistente qualquer proposta por parte da Seguradora Líder;**

05 - Como no caso em tela o deslinde **trata-se na confecção da prova pericial**, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31, II, da Lei nº 11.945/2009;



06 - Seja a demandada condenada em **20%, sobre o valor da condenação** (art. 85, III CPC), referente a honorários advocatícios;

Finalmente requer a gratuidade judicial nos termos do art. 98 à 102, do atual Código de Processo Civil brasileiro, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se o presente o valor de **R\$ 1.045,00 (Um mil e quarenta e cinco reais)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes Termos.

Pede e Espera Deferimento.

Mossoró/RN, 04 de Setembro de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento
OAB/RN nº. 7469

